
Texto de apoio: Semana de Conhecimentos Gerais
Mod. 52_2022

Referência: GUIMARÃES, Marcelo Rezende. Aprender a educar para a Paz: Instrumental para capacitação de educadores em educação para a Paz. Goiás: Ed. Rede de Paz, 2006. (adaptado)

COMPREENDENDO AS RAÍZES DA GUERRA E IMPLEMENTANDO UMA CULTURA DE PAZ

Objetivos

1. Aprofundar a temática das causas raízes da guerra e da cultura de paz.
2. Contribuir para a construção de um referencial global.
3. Identificar princípios e referências para uma educação em vista de uma cultura de paz e de erradicação das causas raízes da guerra e da violência.

Introdução:

O primeiro bloco da Agenda de Haia diz respeito às causas raízes da guerra e da cultura de paz. Trata-se de um conceito ainda muito novo. Se formos buscar sua gênese, teremos que remontar ao preâmbulo da constituição da Unesco, em 1946, e sua afirmação de que as mentes humanas constituem-se o lugar privilegiado de erguer "as defesas da paz". Na mesma direção, contribuem as discussões trazidas pelo Congresso Internacional Sobre a Paz na Mente dos Homens - explicitação da intuição presente no documento de constituição -, realizado em Yamusukro, Costa do Marfim, em 1989, e o 1º Fórum Internacional de Cultura de Paz, em El Salvador, em 1994. Defendida amplamente pelo presidente da UNESCO na ocasião, o espanhol Frederico Mayor, a proposição da cultura de paz ganhou respaldo, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas, através da resolução 52/125, de 20 de novembro de 1997, proclamou o Ano 2000 como "Ano Internacional por uma Cultura de Paz" e a Década 2001-2010, como a "Década Internacional Para Uma Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo"(resolução 53/25, de 10 de novembro de 1998). Em outubro de 1999, a mesma Assembleia Geral aprova a Declaração e Programa de Ação sobre Cultura de Paz.

A novidade do conceito pede um aprofundamento: o que devemos entender por cultura de paz? O que este conceito traz de novo para quem trabalha na educação para a paz? Mas não seria um conceito por demais amplo e genérico? Neste caso, como concretizá-lo?

Raízes da guerra e da cultura de paz

Um primeiro bloco da agenda de ação situa-se em relação às raízes e causas da guerra e cultura de paz. Trata-se de uma intervenção mais no âmbito da cultura, entendendo cultura como os valores e visões de mundo que determinam significativos aspectos da identidade humana, das relações, dos costumes e das instituições. Cultura é um grupo de padrões e modelos historicamente enraizados e socialmente transmitidos, que permeia o

conhecimento, as crenças e o comportamento de um grupo. A guerra e a violência não são um fenômeno isolado, mas estruturam as formas de pensar, visões de mundo, instituições sociais e relações humanas em todo o mundo.

Podemos identificar três dimensões neste conceito de cultura de paz. Primeiramente, a expressão cultura de paz quer assinalar que a paz – e suas noções correlatas como violência e guerra – possui a marca do humano e insere-se no âmbito da cultura, mais do que da natureza. Talvez um dos maiores obstáculos para a construção de alternativas à violência seja a naturalização da violência e da guerra, ou então a própria naturalização da paz. Nossa linguagem parece contribuir para isso: dizemos que o vento ou o mar é violento, atribuindo uma expressão social para fenômenos naturais, ou usamos imagens do mundo natural para descrever a violência na sociedade, afirmando que ela é doença, surto, epidemia ou onda. Há, igualmente, quem sustente que os seres humanos são naturalmente pacíficos, enquanto outros afirmam que somos naturalmente violentos. Aparentemente contraditórias, estas duas posições extremas repousam sobre o mesmo critério: violência, guerra e paz são noções naturais.

Uma outra perspectiva é entender que estas noções são construções ou invenções culturais. São tão culturais como outras que fazem parte da vida dos humanos na face da terra, como, por exemplo, comer os alimentos cozidos, constituir família ou realizar julgamentos pelo sistema de jurados. Assim, como a guerra é algo inventado pela humanidade – e quem disse que guerrear e matar possam ser as únicas formas de resolver conflitos? –, também a paz é algo a ser construído e articulado. Como não é fruto espontâneo de nenhuma árvore, a paz é algo que a humanidade também tem que aprender a criar na busca de novas formas de relacionamento – seja entre pessoas ou entre grupos e nações –, se quiser escapar do risco de destruir a si própria. Em 1986, pesquisadores do mundo inteiro, convocados pela UNESCO, lançaram o *Manifesto de Sevilha*, assinalando claramente posição contrária a "certo número de presumidos descobrimentos biológicos que foram utilizados por pessoas, inclusive em nossos respectivos âmbitos, para justificar a violência e a guerra" e, afirmando explicitamente, "que a biologia não condena a humanidade à guerra".

A consequência, mais imediata, desta desnaturalização da violência e da guerra é libertar-nos de certo determinismo que parece se impor. Se a violência é construída pelos humanos, não estamos nem condenados à ela, nem ela se constitui em uma fatalidade inexorável. Ao mesmo tempo, a desnaturalização de nossas representações de violência e paz conduz-nos a entendê-las como noções pedagógicas. Se a violência e a paz são entidades culturais, portanto são construídas, ensinadas, aprendidas. Se violência e paz tem algo a ver com política, com economia, com organização social, tem também algo a ver com educação e pedagogia.

Uma segunda dimensão que o conceito de cultura de paz parece apontar é para o seu aspecto estrutural que favorece, possibilita e mesmo impede determinadas interações, seja no que diz respeito aos macro processos da sociedade, como também em relação aos micro processos sociais. Trata-se, portanto, de incidir sobre estas causas mais amplas da cultura de violência, influenciando os padrões de comportamento, os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida vigentes. Falar em cultura de paz é evocar um conjunto de representações que constituem a vida de um povo e que interage com as formas de vida econômica, social, política, como, por exemplo, os modelos de desenvolvimento; os modelos educacionais e culturais; os modelos de relações, tanto entre os povos como entre as pessoas; o papel e o lugar da não-violência e do diálogo na resolução dos problemas humanos.

Por exemplo, o fato de o mundo gastar por ano 1 trilhão de dólares em despesas militares, ou destinar para cada dólar gasto em projetos sociais outros dois mil para armas, é um modelo que exerce influência entre nós e que precisa ser transformado.

Fazendo uma comparação com uma construção onde o arranjo do edifício favorece algumas interações e torna outras difícil ou impossível, uma estrutura para a paz pode ser uma estrutura que favoreça os valores da paz, tanto aqueles que contribuem para a eliminação da violência direta como aqueles que desenvolvem justiça social. As estruturas estabelecidas através de interações podem ser mantidas ou transformadas por novas interações, de forma que uma estrutura não favorável à paz pode ser mudada por novas interações, da mesma forma que interações de paz podem acontecer em uma estrutura não favorável a ela. Nesta acepção, o conceito de cultura de paz permite-nos superar a tentação sempre presente do voluntarismo e do individualismo de cada um fazer apenas a sua parte, para pensar estruturas e interações sociais.

A cultura de paz passa a ser entendida como conjunto de valores, atitudes, comportamentos e estilos, baseados em fatores como aqueles citados pela Declaração e Programa de Ação Sobre Uma Cultura De Paz, da ONU: o respeito à vida, o fim da violência e a promoção da não-violência através da educação, o diálogo e a cooperação; o respeito pleno dos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados; o respeito pleno e a promoção de todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais; o compromisso com a resolução pacífica dos conflitos; os esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio ambiente das gerações presentes; o respeito e a promoção do direito ao desenvolvimento; o respeito e o fomento da igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens; o respeito e o fomento do direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação; a adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre nações. A paz é, assim, uma realidade que se desenvolve dentro do ser humano, na mente ou no espírito dos homens, porém mediatizadas por "valores, atitudes, comportamentos e estilos de vida".

Finalmente, uma terceira dimensão carregada pelo próprio conceito de cultura de paz reside no seu aspecto histórico e social, entendida como um processo em ação, muito mais do que uma meta ou um fim a ser alcançado. Muitos constataam a existência de um movimento de libertação protagonizado pelas mulheres, as minorias étnicas, os grupos que sofreram violações de direitos humanos, a classe trabalhadora e os pobres de todo mundo, que, se continuado, envolverá mais e mais pessoas, confrontando as estruturas de paz com as estruturas de violência. Embora se reconheça que o processo da guerra não pode ser facilmente mudado, as mudanças virão com o reconhecimento do atual processo de paz em vigor em toda sociedade e com a profunda consciência do sucesso de resolver conflitos e evitar guerra. Como afirma a socióloga Elise Boulding, a cultura de paz tem sido uma cultura escondida, guardada viva nas rachaduras de uma sociedade violenta. O que se deseja evidenciar é a emergência de ideias, processos sociais, ferramentas e mecanismos institucionais que fazem de nosso tempo um ponto de transição decisivo. Este aspecto da cultura de paz como algo palpável, possível de ser resgatado e visibilizado, ajuda-nos a compreender o conceito para além de idealismos e romantismos, como uma paz possível, inscrita historicamente no horizonte humano.

Declaração sobre uma Cultura de Paz

A Assembleia Geral das Nações Unidas,

Considerando a Carta das Nações Unidas, incluindo os objetivos e princípios nela enunciados,

Considerando também que na Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura se declara que "posto que as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens onde devem erigir-se os baluartes da paz",

Considerando ainda a Declaração Universal dos Direitos Humanos 1 e outros instrumentos internacionais pertinentes ao sistema das Nações Unidas,

Reconhecendo que a paz não é apenas a ausência de conflitos, mas que também requer um processo positivo, dinâmico e participativo em que se promova o diálogo e se solucionem os conflitos dentro de um espírito de entendimento e cooperação mútuos,

Reconhecendo também que com o final da guerra fria se ampliaram as possibilidades de implementar uma Cultura de Paz,

Expressando profunda preocupação pela persistência e a proliferação da violência e dos conflitos em diversas partes do mundo,

Reconhecendo a necessidade de eliminar todas as formas de discriminação e intolerância, inclusive aquelas baseadas em raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, na origem nacional, etnia ou condição social, na propriedade, nas incapacidades, no nascimento ou outra condição,

Considerando sua resolução 52/15, de 20 de novembro de 1997, em que proclamou o ano 2000 "Ano Internacional da Cultura de Paz", e sua resolução 53/25, de 10 de novembro de 1998, em que proclamou o período 2001-2010 "Década Internacional para uma Cultura de Paz e não-violência para as crianças do mundo",

Reconhecendo a importante função que segue desempenhando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura na promoção de uma Cultura de Paz,

Proclama solenemente a presente Declaração sobre uma Cultura de Paz, com o objetivo que os Governos, as organizações internacionais e a sociedade civil possam orientar suas atividades por suas sugestões, a fim de promover e fortalecer uma Cultura de Paz no novo milênio:

Artigo 1º

Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados:

- a) No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação;
- b) No pleno respeito aos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e de não ingerência nos assuntos
- c) que são, essencialmente, de jurisdição interna dos Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional;
- d) No pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;
- e) No compromisso com a solução pacífica dos conflitos;
- f) Nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futuras;
- g) No respeito e promoção do direito ao desenvolvimento;
- h) No respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens;
- i) No respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação;

j) Na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz.

Artigo 2º

O progresso até o pleno desenvolvimento de uma Cultura de Paz se conquista através de valores, atitudes, comportamentos e estilos de vida voltados ao fomento da paz entre as pessoas, os grupos e as nações.

Artigo 3º

O desenvolvimento pleno de uma Cultura de Paz está integralmente vinculado:

- a) À promoção da resolução pacífica dos conflitos, do respeito e entendimento mútuos e da cooperação internacional;
- b) Ao cumprimento das obrigações internacionais assumidas na Carta das Nações Unidas e ao direito internacional;
- c) À promoção da democracia, do desenvolvimento dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e ao seu respectivo respeito e cumprimento;
- d) À possibilidade de que todas as pessoas, em todos os níveis, desenvolvam aptidões para o diálogo, negociação, formação de consenso e solução pacífica de controvérsias;
- e) Ao fortalecimento das instituições democráticas e à garantia de participação plena no processo de desenvolvimento;
- f) À erradicação da pobreza e do analfabetismo, e à redução das desigualdades entre as nações e dentro delas;
- g) À promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável;
- h) À eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, promovendo sua autonomia e uma representação eqüitativa em todos os níveis nas tomadas de decisões;
- i) Ao respeito, promoção e proteção dos direitos da criança;
- j) À garantia de livre circulação de informação em todos os níveis e promoção do acesso a ela;
- k) Ao aumento da transparência na prestação de contas na gestão dos assuntos públicos;
- l) À eliminação de todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlatas;
- m) À promoção da compreensão, da tolerância e da solidariedade entre todas as civilizações, povos e culturas, inclusive relação às minorias étnicas, religiosas e linguísticas;
- n) Ao pleno respeito ao direito de livre determinação de todos os povos, incluídos os que vivem sob dominação colonial ou outras formas de dominação ou ocupação estrangeira, como está consagrado na Carta das Nações Unidas e expresso nos Pactos internacionais de direitos humanos 2, bem como na Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos colonizados contida na resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral, de 14 de dezembro de 1960.

Artigo 4º

A educação, em todos os níveis, é um dos meios fundamentais para construir uma Cultura de Paz. Neste contexto, a educação sobre os direitos humanos é de particular relevância.

Artigo 5º

Os governos têm função primordial na promoção e no fortalecimento de uma Cultura de Paz.

Artigo 6º

A sociedade civil deve comprometer-se plenamente no desenvolvimento total de uma Cultura de Paz.

Artigo 7º

O papel informativo e educativo dos meios de comunicação contribui para a promoção de uma Cultura de Paz.

Artigo 8º

Desempenham papel-chave na promoção de uma Cultura de Paz os pais, os professores, os políticos, os jornalistas, os órgãos e grupos religiosos, os intelectuais, os que realizam atividades científicas, filosóficas, criativas e artísticas, os trabalhadores em saúde e de atividades humanitárias, os trabalhadores sociais, os que exercem funções diretivas nos diversos níveis, bem como as organizações não-governamentais.

Artigo 9º

As Nações Unidas deveriam seguir desempenhando uma função crítica na promoção e fortalecimento de uma Cultura de Paz em todo o mundo.

*107ª sessão plenária
13 de setembro de 1999*

Manifesto de Sevilha

Introdução

Convencidos de que é responsabilidade nossa como pesquisadores em diversas disciplinas chamar atenção sobre as atividades mais perigosas e mais destrutivas de nossa espécie, a saber a violência e a guerra; reconhecendo que a ciência é um produto da cultura que não pode ter um caráter definitivo ou abarcar todas as atividades humanas; agradecidos pelo apoio que temos recebido das autoridades de Sevilha e dos representantes espanhóis da UNESCO; nós, os universitários abaixo-assinados, vindos do mundo inteiro e representantes das disciplinas pertinentes, reunimo-nos e produzimos o seguinte manifesto sobre a violência. Neste manifesto impugnamos certo número de pretensos descobrimentos biológicos que tem sido utilizados por pessoas, inclusive em nossos respectivos âmbitos para justificar a violência e a guerra. Já que a utilização desses descobrimentos criou uma onda de pessimismo em nossas sociedades, proclamamos que a denúncia pública e reflexiva de tais manipulações constitui uma contribuição ao Ano Internacional da Paz. O mal uso de fatos e teorias científicas com o fim de legitimar a violência e a guerra, sem ser um fenômeno novo, está estreitamente associado ao advento da ciência moderna. Por exemplo, a teoria da evolução foi utilizada para justificar não só a guerra, mas também o genocídio, o colonialismo e a eliminação do mais fraco. Explicamos nosso ponto de vista em forma de cinco proposições. Estamos perfeitamente conscientes de que, no marco de nossas disciplinas, se poderia falar de muitas outras questões que desencadeiam a violência e a guerra, mas nos deteremos, voluntariamente, ao que consideramos uma primeira etapa inicial.

Primeira proposição

Cientificamente é incorreto dizer que herdamos de nossos antepassados, os animais, uma propensão para fazer guerra. Embora o combate seja um fenômeno muito comum nas espécies animais, nas espécies vivas só se conhece alguns casos de lutas destrutivas intra-espécie entre grupos organizados. E, em nenhum caso, implicam o recurso de utensílios usados como armas. O comportamento predador que se exerce em relação a outras espécies, comportamento normal, não pode ser considerado como equivalente a violência intra-espécie. A guerra é um fenômeno especificamente humano que não se encontra nos demais animais. O fato de que a guerra mudou de maneira tão radical no decorrer dos tempos prova claramente que se trata de um produto da cultura. A filiação biológica da guerra

se estabelece, principalmente através da linguagem que torna possível a coordenação entre os grupos, a transmissão da tecnologia e o uso de utensílios. Desde um ponto de vista biológico, a guerra é possível, mas não tem caráter inelutável como o demonstram as variações de lugar e de natureza que sofreu no tempo e no espaço. Existem culturas que, desde há muitos séculos, não têm feito guerras e outras que, em certos períodos, a fizeram com frequência e logo viveram em paz durante muito tempo.

Segunda proposição

Cientificamente é incorreto dizer que a guerra ou qualquer outra forma de comportamento violento está geneticamente programada na natureza humana. Embora os genes estejam implicados em todos os níveis de funcionamento do sistema nervoso, são a base de um potencial de desenvolvimento que só se realiza no marco do entorno social e ecológico. Embora, indiscutivelmente, varie a predisposição dos indivíduos de sofrer a marca de sua experiência, não obstante, suas personalidades são determinadas pela interação entre sua dotação genética e as condições de sua educação. Com exceção de alguns raros estados patológicos, os genes não produzem indivíduos necessariamente predispostos à violência. Mas o caso contrário, também, é certo. Embora os genes estejam implicados em nosso comportamento, eles sozinhos não podem determiná-los totalmente.

Terceira proposição

Cientificamente é incorreto dizer que no decorrer da evolução humana se operou uma seleção a favor do comportamento agressivo sobre outros tipos. Em todas as espécies bem estudadas, a capacidade para cooperar e cumprir funções adaptadas à estrutura de um grupo determina a posição social de seus membros. O fenômeno de *dominação* implica laços sociais e filiações, não resulta somente da posse e da utilização de uma força física superior, embora ponha em jogo comportamentos agressivos. Quando, pela seleção genética, se criaram artificialmente tais comportamentos nos animais, se constatou a aparição rápida de indivíduos não hiper agressivos; o que permite pensar que, em condições naturais, a pressão em favor da agressividade não havia alcançado naturalmente seu nível máximo. Quando tais animais hiper agressivos estão presentes em um grupo, ou destroem a estrutura social, ou são eliminados dela. A violência não se inscreve nem em nossa herança evolutiva nem em nossos genes.

Quarta proposição

Cientificamente é incorreto dizer que os homens têm cérebro violento; embora nosso aparato neurológico nos permita atuar com violência, não se ativa de maneira automática por estímulos internos ou externos. Como nos primatas superiores e contrariamente nos demais animais, as funções superiores neurológicas filtram estes estímulos antes de responder. Nossos comportamentos estão modelados por nossos tipos de condicionamento e nossos modos de socialização. Não há nada na fisiologia neurológica que nos obrigue a reagir violentamente.

Quinta proposição

Cientificamente é incorreto dizer que a guerra é um fenômeno instintivo ou que responde a um único motivo. O surgimento da guerra moderna é o ponto de um caminho que, começando por fatores emocionais, às vezes, qualidades instintivas, desembocou em fatores cognoscitivos. A guerra moderna põe em jogo a utilização institucionalizada de uma parte das características pessoais tais como a obediência cega ou o idealismo, e por outras, aptidões sociais, tais como, a linguagem; finalmente implica argumentos racionais, tais como a planificação e o tratamento da informação. As tecnologias da guerra moderna têm

acentuado consideravelmente o fenômeno da violência, seja em nível da formação dos combatentes ou na preparação psicológica da população para a guerra. Devido a essa ampliação, tende-se a confundir as causas e as consequências.

Conclusão

Como conclusão, proclamamos que a biologia não condena a humanidade à guerra, ao contrário, que a humanidade pode liberar-se de uma visão pessimista herdada da biologia, e uma vez recuperada sua confiança, empreender neste Ano Internacional da Paz e nos anos que virão, as transformações necessárias de nossas sociedades. Embora esta aplicação dependa, principalmente, da responsabilidade coletiva, deve basear-se também na consciência de indivíduos, cujo otimismo ou pessimismo são fatores essenciais. Assim como as guerras começam na alma dos homens, a paz também encontra sua origem em nossa alma. A mesma espécie que inventou a guerra, também, é capaz de inventar a paz. É responsabilidade de cada um de nós.

Manifesto 2000

Reconhecendo minha parte de responsabilidade diante do futuro da humanidade, especialmente para as crianças de hoje e de amanhã, comprometo-me, em minha vida diária, em minha família, meu trabalho, minha comunidade, meu país e minha região a:

- respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminação nem preconceitos;
- praticar a não-violência ativa, recusando a violência em todas suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, especialmente, aos mais fracos e vulneráveis, como crianças e adolescentes;
- partilhar meu tempo e meus recursos materiais, cultivando a generosidade, a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica;
- defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e à recusa do próximo;
- promover um consumo responsável e um modo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta;
- contribuir ao desenvolvimento de minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, com o fim de criar, juntos, novas formas de solidariedade.

As causas principais da guerra/cultura de paz

1. Educar para a Paz, para os Direitos Humanos e para a Democracia

Para combater a cultura da violência que se aprofunda em nossa sociedade, a geração futura merece uma educação radicalmente diferente – que ao invés de glorificar a guerra, eduque para a paz, para a não-violência e para a cooperação internacional. **O Apelo** de Haia pela Paz lançou uma campanha mundial para dotar as pessoas de todos os setores com as habilidades para a construção da paz, pela mediação, transformação de conflitos, promoção de consensos e transformação social não-violenta. Esta campanha:

- Insiste que a educação para a paz seja obrigatória em todos os níveis do sistema educacional.
- Demanda que os ministérios de educação implementem sistematicamente iniciativas de educação para a paz nos âmbitos local e nacional .
- Chama as agências de assistência ao desenvolvimento que promovam a educação para a paz como parte da formação dos professores e dos materiais produzidos.

2. Enfrentar os efeitos adversos da mundialização

A mundialização econômica tem marginalizado grandes segmentos da população mundial, assim como aumentado a distância entre ricos e pobres. O Apelo de Haia pela Paz apóia a criação de uma economia global justa com especial ênfase em:

- Uma campanha internacional entre organizações locais, nacionais, internacionais e intergovernamentais para promover o respeito aos direitos trabalhistas.
- Reforma democrática do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, da Organização Mundial do Comércio e de outras instituições financeiras internacionais.
- Regulação do sistema financeiro internacional.
- Responsabilização das corporações multinacionais, incluindo propostas para conceder mandatos internacionais e revogá-los em caso de abuso grave e propostas encaminhadas para promover o respeito dos códigos e das normas internacionais de comercialização.
- Financiamento do desenvolvimento econômico de novas fontes, como de encargos moderados sobre a transferência internacional de armas e de capitais (a Taxa Tobin).
- Expansão Do Grupo dos Oito (G8) a um grupo de Dezesesseis (G16) ou a criação de um conselho de segurança ambiental para incluir os países em desenvolvimento.
- Cancelamento das dívidas esmagadoras dos países mais pobres do mundo e das odiosas dívidas herdadas dos governos não-democráticos corruptos pelos governos democráticos que os sucederam.
- Reconhecimento e implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento, os direitos da criança e os direitos da mulher.

3. Avanço na utilização sustentável e equitativa dos recursos ambientais

Como indicado no Informe sobre Desenvolvimento Humano de 1998 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, “os consumidores dominantes do mundo estão concentrados amplamente entre quem tem boa situação - mas o dano ambiental do consumismo mundial recai severamente sobre os mais pobres.” O Apelo de Haia pela Paz apóia iniciativas para:

- Fortalecer o direito ambiental internacional e sua implementação mediante, i.e., promoção do conceito de direito fundamental a um ambiente limpo e saudável.
- Encarar os problemas do consumo excessivo e da má distribuição dos recursos ambientais.
- Considerar a séria gravidade do problema da distribuição não equitativa da água.
- Apoiar as campanhas para salvar da degradação ambiental as florestas e as espécies do mundo (incluída a espécie humana).
- Pôr fim à destruição militar do meio ambiente e, em particular, a militarização dos territórios indígenas.
- Identificar métodos alternativos de desenvolvimento sustentável.

4. Erradicar o Colonialismo e o Neocolonialismo

As populações indígenas e as pessoas sem representação padecem da supressão do Direito de auto-determinação, do genocídio étnico e cultural, da violação de suas liberdades

culturais, de idioma e religiosa e da militarização e nuclearização de suas vidas, terras e águas. *O Apelo de Haia pela Paz apoia:*

- Os esforços dos povos colonizados ao exercício do seu direito à autodeterminação.
- A erradicação da colonização, enunciada em diversos acordos internacionais incluindo a “Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e aos Povos Coloniais” e a “Declaração dos Direitos das Populações Indígenas”.
- A manutenção do Comitê de Descolonização das Nações Unidas, até que todos os territórios não autônomos tenham implementado o seu direito de auto-determinação e de independência.
- O estabelecimento de um fórum permanente para as populações indígenas nas Nações Unidas.
- Um fim ao despejo de materiais tóxicos dos países industrializados nos países em desenvolvimento.
- O fechamento das bases militares estrangeiras.

5. Eliminar a Intolerância Racial, Étnica, Religiosa e de Gênero

A intolerância étnica, religiosa e racial e o nacionalismo estão entre as principais fontes dos modernos conflitos armados. *O Apelo de Haia pela Paz apoia:*

- Esforços para eliminar a manipulação política das diferenças raciais, étnicas, religiosas e de gênero com propósitos políticos e econômicos.
- A implementação da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.
- Os preparativos da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Racismo e Discriminação Racial, Xenofobia e formas Conexas de Intolerância (2001).
- A inclusão dos crimes motivados por discriminação no sistema judicial mundial.
- Educação e legislação para superar a homofobia.
- A promoção de ações afirmativas até que se tenham reparado as consequências da discriminação do passado.

6. Promover a Justiça entre os Gêneros

O custo do machismo que ainda permeia a maioria das sociedades é alto para os homens, cujas opções estão limitadas por esse padrão, e para as mulheres que sofrem violência continua em tempo de guerra e paz. *O Apelo de Haia pela Paz apoia:*

- A participação ativa das mulheres em número significativo em todos os fóruns de decisões e de formulação de políticas.
- Esforços por reconhecer e empregar as capacidades das mulheres como promotoras da paz.
- A implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.
- A redefinição dos distorcidos papéis pelo gênero que perpetuam a violência.

7. Proteger e Respeitar Crianças e Jovens

As crianças e os jovens continuam sendo explorados e vitimizados, particularmente nas situações de conflitos violentos em que atacar as crianças se converteu não só em uma consequência, mas frequentemente em uma estratégia de guerra. *O Apelo de Haia pela Paz apoia iniciativas para:*

- Assegurar a adoção e implementação universal da Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo a eliminação do trabalho infantil e a utilização de crianças como soldados.

- Assegurar a assistência humanitária e proteção de crianças em situações de conflito armado.
- Reabilitar e reintegrar as crianças que tenham sido expostas a conflitos violentos que as tenha traumatizado.
- Reconhecer o papel das crianças e dos jovens como promotores da paz, incluindo a juventude na de consolidação da paz.

8. Promover a Democracia Internacional e a Governança Global Justa

A promoção da democracia em todos os níveis da sociedade é um pré-requisito para substituir a regra da força pela regra do direito. Estabelecer processos mais representativos e democráticos de adoção de decisões é um pré-requisito para se atingir a governança global limitada e comprometida vinculada aos planos regional e mundial, mediante mecanismos legislativos obrigatórios, coercitivos e equitativos. *O Apelo de Haia pela Paz respalda:*

- A reforma e a democratização das Nações Unidas, incluindo o fortalecimento da democracia na Assembleia Geral e a extensão aos representantes da sociedade civil, as organizações não-governamentais e aos parlamentares como entidades consultivas em todos os níveis das Nações Unidas.
- A promoção de instituições regionais para fomentar a paz através da adesão ao direito internacional.
- A modificação das formas de votação por peso utilizadas pelas Instituições Financeiras Internacionais para proteger os interesses das nações pequenas.
- As recomendações da Comissão de Governança Global, incluindo a participação da sociedade civil na governança global.
- A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas para que sua composição seja mais representativa e seu processo de tomada de decisões mais transparente.

9. Proclamar a Não-Violência Ativa

É comumente aceito embora não se tenha demonstrado que a violência e a guerra são inerentes à natureza humana. De fato, muitas tradições e exemplos demonstram que a não-violência ativa é uma forma eficaz de obter a mudança social. *O Apelo de Haia pela Paz apoia:*

- Substituição da glorificação do militarismo com modelos de não-violência ativa.
- Uma campanha para eliminar, ou ao menos reduzir, a violência na mídia e na linguagem cotidiana.
- Atividades relacionadas com o Ano das Nações Unidas por uma Cultura de Paz (2000) e o Decênio Internacional de uma cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do mundo (2001 a 2010), proclamado pelas Nações Unidas.

10. Eliminar a Violência na Comunidade, a Nível Local

A violência nas comunidades locais abre caminho aos conflitos nacionais e internacionais. *O Apelo de Haia pela Paz apoia as iniciativas para:*

- Reintegrar a sociedade aos jovens e alguns anciãos que foram marginalizados, muitas vezes como resultado das limitadas oportunidades econômicas e, cuja marginalização os conduziu a comportamentos violentos.
- Promover iniciativas locais para a paz, como a entrega de armas, os acampamentos para a paz e a capacitação para a solução de conflitos.

11. Estimular a Participação das Religiões do Mundo na Transformação da Cultura de Violência em uma Cultura de Paz e Justiça

Religiões têm sido a causa de guerras mas também tem o potencial para viabilizar o desenvolvimento de uma cultura de paz. É preciso fazê-las participar na implementação de caminhos para a paz. *O Apelo de Haia pela Paz apoia:*

- A cooperação entre religiões e crenças pelo desarmamento e no trabalho pela paz mundial.
- A promoção da coexistência e da reconciliação entre religiões.